

GALVÃO, Andreia; MENDES, José Ribeiro (2011). "Filantropia e Arquitectura: da 1ª República ao Estado Novo (1880-1920)". *Revista Arquitectura Lusíada*, N. 2 (1.º semestre 2011): p. 19-32. ISSN 1647-9009.

FILANTROPIA E ARQUITECTURA: DA 1ª REPÚBLICA AO ESTADO NOVO (1880-1920)

Andreia Galvão¹, José Ribeiro Mendes²

RESUMO

Apresenta-se um trabalho de investigação sobre a arquitectura e a filantropia no período de mudança de paradigma que abrange as décadas de 1880 a 1920. Faz-se o enquadramento da filantropia no país, estudam-se as instituições filantrópicas e os principais filantropos, as obras realizadas, os Arquitectos e seus projectos, a Arquitectura e o impacto no desenvolvimento. Está a ser desenvolvida uma base de dados, com metadados que a permitem disponibilizar como biblioteca digital, inclusive para a Europeia, num site também em desenvolvimento. Pretende-se contribuir para o conhecimento do património filantrópico, um acervo da cultura contemporâneo em risco, ao mesmo tempo que se pretende majorá-lo sob outras potencialidades, nomeadamente, pela sua capacidade de reforçar os laços identitários das comunidades.

PALAVRAS-CHAVE

Filantropia; filantropo; benemérito; social; arquitectura; arquitecto; maçonaria; 1ª República; património; identitário; ideário; comunidade; escola; base de dados; biblioteca digital; web2.0.



Fig. 1 – Representação da Implantação da República, 1910

INTRODUÇÃO

O projecto de investigação que se apresenta inclui o levantamento, inventário, estudo e divulgação do património construído de raiz filantrópica. O período que se pretende abranger situa-se entre as décadas anteriores à 1ª República e os anos dez do Século XX.

Estudar a arquitectura de raiz filantrópica é, antes de mais, compreender um núcleo restrito do nosso património contemporâneo sob o ponto de vista social, na sua génese, função e desempenho.

¹ Directora do Museu de Arte Popular, Faculdade de Arquitectura e Arte, Professora Auxiliar, Universidade Lusíada. Avenida Brasília, 1400-038 Lisboa, Portugal. E-mail: abianchi46@gmail.com

² Professor Coordenador, Tecnologias de Informação e Comunicação, Instituto Politécnico de Tomar. Quinta do Contador, Tomar, 2300-313, Portugal. E-mail: jmendes@ipt.pt

A arquitectura de iniciativa filantrópica, pelas suas características comuns, relativamente aos grandes “chef d’œuvre” devidamente identificados e protegidos a nível patrimonial é recente e, como tal, tem estado sujeita à adulteração, desprezo e falta de estudo e reconhecimento. Tanto mais que se localiza frequentemente em zonas urbanas, na maior parte dos casos em zonas pobres, degradadas e não sujeitas a operações de renovação. Raramente foram alvo de intervenções patrimoniais ou urbanísticas atentas ou informadas.

Contudo, constitui um património específico da época contemporânea em risco dado que o seu valor patrimonial (artístico ou outro) não é, na maior parte dos casos, reconhecido ou conhecido. Mas é um património de potencial crescente, no que respeita aos actuais parâmetros de classificação da UNESCO por demonstrar um importante intercâmbio de valores humanos num dado período, quer na dimensão material quer imaterial quer identitária.

Em Portugal, um lento processo de industrialização a partir de meados do século XIX, originou fortes densidades demográficas em Lisboa, Porto e em outras cidades de menor dimensão onde a mão-de-obra operária teve expressão social. A população da cidade aumenta, mas também se modifica na sua composição: ao mesmo tempo que a burguesia se desenvolve e se diversifica em extractos diferenciados, uma classe operária emergente reclama o seu lugar no tecido social e urbano.



Fig. 2 – Multidão de trabalhadores durante o 5 de Outubro de 1910

Como resultado da filantropia é construído um património disseminado pelo território continental que é maioritariamente constituído por tipologias relacionadas com a habitação (bairros operários e vilas urbanas), a saúde (hospitais e sanatórios), a educação (escolas e creches) e a cultura (sociedades científicas, cinemas, museus).

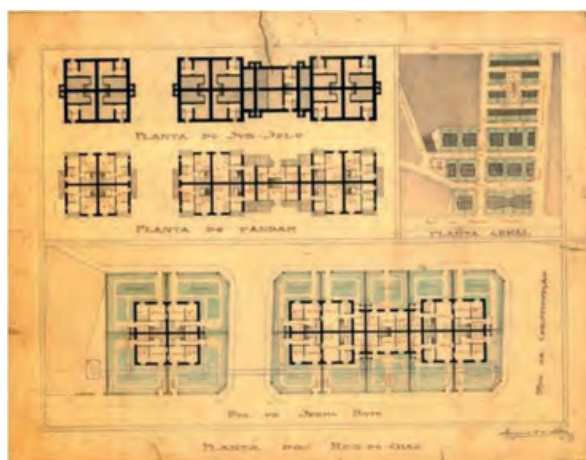


Fig. 3 – Bairro Operário “O Comércio do Porto”, Monte Pedral (1899)

A arquitectura de génese filantrópica afasta-se frequentemente do gosto oficial. Possui um carácter eminentemente funcional, utiliza meios expeditos de construção, estruturas e revestimentos industriais, simplificados e económicos, é muitas vezes repetível como no caso das escolas e, se não na sua totalidade, na modulação. Apresenta uma grande clareza tanto espacial e organizativa como funcional.

Este património é ainda expressão tangencial de uma face da cultura imaterial contemporânea, já que surge da mudança de paradigma da sociedade – deslocalização do mundo rural para o mundo urbano. É, contudo, o testemunho material mais completo da acção continuada resultante de uma motivação moral e altruística e seu respectivo impacto no desenvolvimento das comunidades e do território.

A seguir apresenta-se um breve enquadramento da filantropia em Portugal, instituições filantrópicas e filantropos, os arquitectos e seus projectos de cariz filantrópico. Depois, apresenta-se em síntese o desenvolvimento de uma base de dados a disponibilizar num site, já com metadados para efectuar pesquisas que dão origem a novo conhecimento e, finalmente, tiram-se as conclusões.

Filantropia versus Caridade – visibilidade em Portugal



Fig. 4 e 5 – “Por Bom Caminho” Insígnia de Francisco Grandella e Francisco de Almeida Grandella (1853-1934), retrato.

A Filantropia pode ser entendida como a acção de doar dinheiro ou outros bens a favor de instituições ou pessoas que desenvolvam actividades de mérito social. É encarada, por muitos, como uma forma de ajuda e guia no desenvolvimento e na mudança social, fora da intervenção estatal, muitas vezes contribuindo por essa via para substituir ou corrigir as deficientes políticas públicas em matéria social, cultural ou de desenvolvimento científico.

No sistema assistencial, das Lojas medievais às Misericórdias (instituídas em 1498) e até essa data, as instituições de beneficência eram rudimentares e encontravam-se dispersas e sem estatuto. Desde a fundação da nação portuguesa, eram dirigidas pelo espírito de caridade cristã, associadas às ordens religiosas e militares, aos reis, municípios, bispos, confrarias e particulares. Estas, na ausência de qualquer sistema de segurança social organizado, induziam os homens de todas as classes sociais a socorrerem os pobres e necessitados.

Neste contexto histórico e na origem da formação da rede de Misericórdias, surgem-nos duas figuras de vulto: Frei Miguel Contreiras e a rainha D. Leonor. Mas, poderíamos citar tantos outros pensadores e filantropos da Humanidade famosos como Hermes, no Egipto; Khrisna na Índia; Confúcio na China ou, ainda, Kant, Descartes e mais recentemente Agostinho da Silva.



Fig .6 – Quinto Império: Obra de Augusto Ferreira Gomes, capa de José António Coelho Augusto Ferreira Gomes, prefácio de Fernando Pessoa

É também, nas ordens religiosas, especificamente no pensamento de Bernardo de Claraval e nas regras de conduta dos Templários, ou mais recentemente na Doutrina do Quinto Império e no Espiritualismo Humanista, propagado por Pessoa, que nos reencontramos com as raízes dos ideários filantrópicos modernos, desta feita migrados do mundo antigo para o da pré- industrialização.

Por sua vez, na génese do ressurgimento da Maçonaria em Portugal, com a Revolução Francesa, poderemos reencontrar esses mesmos e “outros” ideais filantrópicos, desta feita modernos e rumo ao progresso, num ideário guiado pelas Luzes, pelo pensamento científico positivista e filosoficamente assente na Teoria do Bom Selvagem. Esse rumo, levaria à construção dos primeiros grandes empreendimentos da revolução produtiva, onde a figura do Marquês de Pombal é incontornável.

Também na origem romana e pagã do termo, “filantropia”, há um certo afastamento do conceito cristão de “caridade”. Filantropia está mais associada a um ideário republicano, uma atitude de compromisso social com a comunidade, uma atitude moderna que procura, não pela via da caridade mas pela filantropia, substituir-se a um sistema secular com deficiências - o das misericórdias - que não respondia às necessidades da sociedade e aos emergentes novos problemas sociais.

Mas é no período que se inscreve nas duas décadas anteriores, ao dealbar da implantação da 1ª República e do seu complexo e agitado desenvolvimento, que a acção dos membros das sociedades secretas pareceu ganhar mais expressão. Diríamos que se sentiu a necessidade de reforçar, ou mesmo substituir, a incapacidade financeira e administrativa do poder central, já de si fortemente debilitado, tendo no entanto de fazer face às inesperadas consequências das mudanças de paradigma que se viviam.

No âmbito desta mudança e no decurso do imparável rumo do processo capitalista, ganhou força a produção e a industrialização. Estas seriam as chamas que moveriam a fé no Progresso, mas estas também acentuariam as diversas assimetrias sociais e territoriais deste processo.

Assim, ganhariam uma expressão notável neste período, o protecçãoismo, o paternalismo e o assistencialismo de raiz individual, levada a cabo pelos filantropos ou, por associações protecçãoistas como as agremiações dos próprios trabalhadores (caso da associação dos operários da indústria tabaqueira “A Voz do Operário”) ou, ainda, outro tipo de associativismo de cariz rural relacionado com grandes explorações agrícolas.



Fig.7 – Sede da Sociedade de Instrução e Beneficência «A Voz do Operário», Lisboa (1912) - Norte Júnior

Mas o benemeritismo acabará, no decurso do final do século XIX, e da alvorada liberalista à 1ª República, por se tornar indissociável do próprio capitalismo.

As fortunas crescentes, irão assumir o papel de verdadeiros financiadores do regime e irão aplicar parte dos seus lucros em acções proteccionistas dos seus trabalhadores. Invariavelmente, nas áreas da saúde, educação, higienismo e por vezes no divertimento. Nestes casos, encontram-se os capitalistas Francisco Grandella, Cândido Sottomayor ou o Conde de Ferreira, entre muitos outros a par de algumas acções beneméritas mais institucionais, por vezes de cariz político, como as que foram levadas a cabo pela cruzada das mulheres, a Cruzada Nun'Alvarez.

Assim, o benemeritismo para com os trabalhadores e famílias, ficará associado a subvenção de edifícios cujas funções visavam essencialmente a criação de habitações condignas (bairros operários e vilas), de infra-estruturas de saúde, higienismo e assistencialismo (hospitais, lactários, creches, balneários e colónias balneares), à educação (escolas primárias, liceus e jardins escola) ou, ainda, à cultura e divertimento como é o caso dos primeiros cinemas, alguns teatros e muitas sedes de associações.

Estas associações de carácter assistencialista, como alguns movimentos culturais e associativos de raiz popular, iriam disseminar-se e consolidar-se desempenhando um importante papel social ao longo das longas décadas seguintes à implantação da República, pelo menos até à absorção destas no processo de centralização estadonovista. O I Governo de Salazar virá a centralizar todas as iniciativas de protecção associativista nas Casas do Povo, e desencadeia um processo crescente de repressão sobre as sociedades secretas e respectivos membros enfraquecendo, ou mesmo aniquilando, o carácter cívico do protecçãoismo levado a cabo nas décadas anteriores.

INSTITUIÇÕES E PERSONALIDADES FILANTRÓPICAS

Não é forçoso encontrarmos na origem de todas as acções beneméritas personalidades pertencentes a sociedades secretas, como é o caso da Maçonaria, da Carbonária, ou mesmo dos Makavenkos e Rosacruz. No entanto, essa premissa é muito frequente quer a nível dos beneméritos da alvorada da 1ª República, quer nos líderes e membros dos movimentos associativistas e operários.

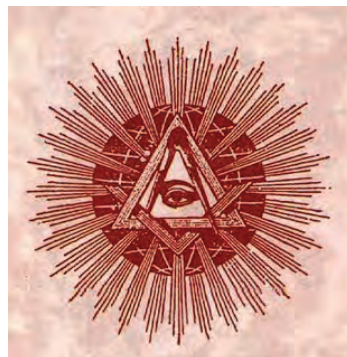


Fig. 8 e 9 – Ex-libris dos Makavenkos e Ex-libris com representação maçónica

Na realidade, a constituição da Maçonaria portuguesa de 1840 referia-se como: *“uma associação de homens livres que tem por fim o exercício da beneficência”*. A de 1867 estabelecia como fins principais *“melhorar a condição social do homem por todos os meios lícitos, especialmente pela instrução, pelo trabalho e pela beneficência”*. A de 1897 estabelecia como preceitos fundamentais a prática da solidariedade e do trabalho e definia-a como *“uma instituição ritualista, filosófica, filantrópica e progressiva”*.

A preocupação dos maçons e sociedades secretas coevas com a questão social é basilar, mas é obvio que esse foi o caminho da modernidade ensinado pelos resquícios da Revolução Francesa, como do difícil trilha rumo à consolidação da democracia. António de Soveral, no Guia Maçónico, de 1905, afirma: *“Todos os homens são livres e iguais em direitos; e todavia, alguns são livres para morrer de fome e iguais para morrer de frio [...] Ainda não se protegeu o trabalho como se fez ao capital e à propriedade; não se cuida da protecção às crianças e aos velhos, da fundação de creches e de asilos para velhos e inválidos; não se pensa no operário durante a falta de trabalho; entre outros”*.

Não nos competindo, no âmbito desta investigação, estudar as orientações do Grande Oriente Lusitano e demais instituições, secretas ou não, temos como certo que o período compreendido entre a Revolução Liberal e o I Governo Institucional Oliveira Salazar foi aquele mais fortemente marcado por acções de beneméritos em prol do progresso da sociedade portuguesa e do protecção aos mais desfavorecidos, face à “incapacidade” do Estado responder adequadamente à tão rápida mudança da sociedade nas décadas de viragem.

Esta actividade ficará assim marcada pela acção de alguns membros de associações secretas mas, também, por outros beneméritos que podemos encontrar nas classes médias das cidades, vilas e aldeias frequentemente com profissões de prestígio como as de médico (Dr. Anastácio Gonçalves), farmacêutico, advogado, professor, industrial, e tantas outras.

Também será exercida por “gente rica” por vezes de rápido enriquecimento e ascensão social. Neste quadro, tem expressão a acção dos chamados “brasileiros de torna viagem” que ao regressarem, lideraram as primeiras agremiações de interesse social, nomeadamente nas confrarias e nas irmandades da terra. Destaca-se, de entre estes, o Conde Ferreira.

De origem galega, serão alguns desses filantropos. Neste caso, são geralmente gente pobre, que sobe à sua custa começando como marçano ou lojista como no caso de Francisco Grandella e de Cândido Sottomayor.



Fig. 10 – Conde de Ferreira (1782-1866), retrato.

Os filantropos acima referidos vão apoiar financeiramente os regimes. O Conde de Ferreira foi um fervoroso apoiante de D. Maria e financiador do Cabralismo. Francisco Grandella foi um dos grandes financiadores da 1ª República.

Promoveram a construção de edifícios sobretudo nas áreas da educação e saúde e isso valeu-lhes a atribuição de alguns títulos nobiliárquicos “de mérito” nas vésperas da 1ª República.

O pedagogo e maçom João de Deus veio a estabelecer um relacionamento próximo com Raul Lino, sobretudo a partir de 1908, data da construção daquela que viria a ser a primeira rede de escolas privadas em prol do ensino em Portugal.

O papel dos médicos e de outras profissões liberais na evolução político-social e respectiva visibilidade, na Assembleia Constituinte de 1911, afiguram-se-nos ser temas para aprofundamento e reflexão.

Ilustres como António João de Almeida, Brito Camacho, Miguel Bombarda, Júlio de Matos e Egas Moniz, entre muitos outros ligaram a sua actividade pioneira à construção de edifícios cujo objectivo foi, também contribuir para a diminuição do sofrimento dos seus pacientes como ainda de melhores meios para o exercício do seu saber, no cumprimento deontológico do dever público. O médico psiquiatra Júlio de Matos, que fundou o Hospital com o seu nome, foi anteriormente director do Hospital Conde Ferreira, filantropo que teve eventual intervenção nesta iniciativa deste médico famoso.

Deparamo-nos ainda com a acção de algumas Instituições Beneméritas em períodos prolongados da sua existência como é o caso da acção social do Jornal *O Seculo* (1880-1977) fundado por Sebastião Magalhães Lima, Grão Mestre do Oriente Lusitano, bem como os três Bairros Operários mandados construir pelo Jornal do Comercio do Porto entre 1899 e 1904.

Empresas, sobretudo ligadas ao sector têxtil, com empresários filantrópicos construíram inúmeros alojamentos para os seus operários e foi, nesse quadro, que se assistiu à edificação de centenas de vilas (cerca de 350, em Lisboa, segundo o anuário de 1979) que ainda hoje marcam consideravelmente o tecido social e edificado da capital.

No âmbito das acções filantrópicas das grandes fortunas são ainda, embora mais recentes, os casos do banqueiro Ricardo Espírito Santo e Silva e Calouste Gulbenkian.

Personalidades da Política, da Cultura e da Arquitectura

Existia um grupo de personalidades que tinham um projecto comum para o progresso e bem-estar social do país e do povo, isto em plena crise sócio estrutural da implantação da república. Os inter-relacionamentos entre estas personalidades trazem uma nova luz e dimensão às acções filantrópicas efectuadas.

Ora, é precisamente da análise de algumas relações inter-pessoais entre aquelas personalidades que surge um novo conhecimento quer das personalidades, quer do património construído. As personalidades mais facilmente identificáveis são as que se inseriram e relacionaram com cargos políticos no vinténio imediatamente anterior e posterior à implantação da Republica. A partir da definição e interrelacionamento destas poderemos trazer ao conhecimento outras não tão conhecidas.

Destacamos José Régio e Teófilo Braga a par de muitos outros intelectuais portugueses “liberais” e “regeneradores” como Alexandre Herculano, Almeida Garret e Rafael Bordalo Pinheiro do “Grupo do Leão”, como do Martinho da Arcada ou da Brasileira, ou ainda Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida, Eça de Queiroz e Joaquim Leite de Vasconcelos, como ainda figuras tão díspares como Costa Cabral o Conde de Tomar, José Relvas, João de Deus, Antero de Quental, Camilo Castelo Branco e Aquilino Ribeiro entre tantos outros.

Existem também Arquitectos nestes grupos de reflexão e influência política. Ganham notoriedade no período de mudança de paradigma entre o Antigo Regime e a Republica, ocupando cargos públicos e produzindo uma vasta obra progressista.

É o caso de Ventura Terra (1866-1919) e José Luís Monteiro (1849-1942) da “geração dos mestres” e de Adães Bermudes (1864-1948) e Norte Júnior (1878-1962), republicanos e maçons confessos, da “geração de 80” ou, ainda, Rosendo Carvalheira (1864-1919), Ernesto Korrodi (1870-1944), ou mesmo Raul Lino (1879-1974). Todos eles executaram várias encomendas de filantropos. Na verdade esta geração mais jovem de arquitectos da “transição” acabará por participar nos desenvolvimentos sociais da própria Republica e ficará ligada às grandes reformas do Ministério da Instrução Pública, à construção de Escolas por todo o país, hospitais, bairros e habitações operárias.

Património de Origem Filantrópica

Poder-se-á agora perguntar: quais são os testemunhos materiais destas acções e destes percursos, aparentemente tão intensos, que um conjunto de personalidades partilharam e apostaram para o desenvolvimento da nossa sociedade?

A resposta parece-nos que está obviamente nos legados, constituídos hoje como património arquitectónico. As construções que, independentemente do seu valor intrínseco e patrimonial ou estético documentam essas acções filantrópicas, podem ajudar-nos a entender melhor toda a questão, se lidas nas suas premissas programáticas, ou seja, se lidas também no seu papel ao longo do espaço e tempo onde supostamente cumpriram os objectivos que lhes deram origem.

Para uma interpretação mais enriquecedora desses testemunhos há que necessariamente proceder ao levantamento de diversas fontes documentais que nos esclareçam não só sobre a acção filantrópica, como sobre o impacto desta no território e no tecido social. Em termos de distribuição territorial verificam-se algumas tendências comuns na localização desses edifícios. As vilas e bairros operários situam-se em zonas urbanas de grande dimensão ou fortemente industrializadas, mas no Entroncamento existiam pelo menos 5 bairros operários.

Outras tipologias, como as escolas, situam-se em qualquer ponto do país e por vezes em zonas bastante ermas, incluindo-se nestas formas de isolamento, os bairros anexos a prisões, mais ou menos isoladas em zonas rurais, como é o caso de Alcoentre e de Vale de Judeus.

Também outras iniciativas mais dispersas e desconhecidas valerá a pena referir como é o caso das construções operárias de Valada do Ribatejo (Cartaxo) de fins do século XIX, as escolas de modelo repetido em Tagarro, Azambuja, Aveiras de Cima (Azambuja) e Benfca (dentro do Bairro do mesmo nome em Lisboa), a Escola de Campelo, construída pela família

Amaral, do Fontão Cimeiro (Figueiró dos Vinhos) ou ainda, algumas construções que resultam de edifícios pré-existentes e adaptados é o caso da Escola da Ereira (Cartaxo), hoje núcleo museológico pertencente ao Museu Rural e do Vinho do Concelho. Casos há, ainda, em que esses edifícios atingem grandes dimensões como é o caso do Hospital do Patrocínio em Évora ou que seguem um modelo tipo como é o caso das escolas do Conde de Ferreira e dos Jardins Escola João de Deus.

ARQUITECTOS E OBRAS DE CARIZ FILANTRÓPICO

No que respeita à relação directa da arquitectura e seus arquitectos com obras filantrópicas, ou somente progressistas, há um conjunto significativo de exemplares ainda presentes.

Todas estas obras, de uma forma ou de outra, se relacionarão quer com a campanha higienista do Liberalismo, quer com a Reforma Fontista e Cabralista, quer, finalmente, com todo o ideário que deu lugar à implantação da República.

Geração dos Mestres

Da geração dos mestres, José Luís Monteiro é o autor do Mercado Central de Lisboa, da sede da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Estação Central dos Caminhos-de-Ferro do Rossio, entre outras obras fundamentais, na vertente pragmática e progressista da Arquitectura do Ferro e da Regeneração Fontista.



Figuras 11 e 22 – Estação do Rossio e Sociedade de Geografia, Arqt. José Luís Monteiro

Ventura Terra emerge do grupo dos seus contemporâneos como continuador de José Luís Monteiro. Assume o papel de arquitecto maior na passagem dos dois séculos e é autor de algumas obras como a remodelação da Assembleia Nacional e outras de carácter progressista como é o caso dos Liceus Camões, Pedro Nunes e Amália Vaz de Carvalho, no âmbito da reforma de Passos Manuel. É ainda autor de um dos edifícios mais modelares do seu tempo; a Maternidade Alfredo da Costa.



Fig. 13 – Maternidade Alfredo da Costa (1917-1932), Arqº Ventura Terra

Geração de 80

Estes arquitectos são autores de obras filantrópicas e pertencentes a grupos de relacionamento pessoal com grandes filantropos.

Industria, vilas operárias e bairros

Norte Júnior é autor de notáveis desempenhos como os Armazéns Sociedade Abel Pereira da Fonseca, uma encomenda do progressista Abel Pereira da Fonseca (reconhecido benemérito do Bombaral). Norte Júnior era muito próximo de Francisco Grandella e foi autor de um dos edifícios de expressão mais marcante do processo associativista operário, o da Sociedade de Instrução e Beneficência “Voz do Operário” de 1912, levada a cabo pelos operários da indústria tabaqueira. Recebeu também a encomenda para a Villa Grandella.



Fig. 14 – Villa Grandella, Benfica, Lisboa, 1905, Arqº Norte Junior

Foi ainda o autor do Bairro Estrela d’Ouro, 1907. Este constitui uma verdadeira unidade auto-suficiente, um bairro mandado construir pelo industrial de confeitaria e filantropo, Agapito de Sousa Fernandes, em 1907. A marca ostentada recorrentemente ao longo de todo o bairro, em pavimentos e fachadas, uma estrela de cinco pontas, deixa-nos também algumas pistas acerca da presumível filiação deste promotor.



Fig. 15 – Bairro Estrela de Ouro, Graça (1907)- Norte Júnior

Escolas

Adães Bermudes é autor de algumas obras mais emblemáticas da arquitectura escolar, do Bairro Social do Arco do Cego, da Escola Central de Coimbra e ainda do Instituto Superior de Agronomia, de 1910. Foi ainda autor da Escola Normal Primária de Lisboa, na Quinta de Marrocos em Benfca em 1914.

Este arquitecto ficará também associado a outro benemérito com um papel de nota nesta passagem de século: Joaquim Ferreira dos Santos, o Conde de Ferreira, um dos grandes impulsionadores da instrução pública em Portugal. Promove uma “série” de edifícios tipo, as chamadas “Escolas Conde de Ferreira” - um legado de 120 escolas primárias por todo o país que incluíam o respectivo mobiliário e a habitação do professor.

A primeira escola oficial surge em 1870, em consequência das disposições testamentárias do Conde de Ferreira e atendendo à necessidade de equipar e investir na educação. O Estado promove um programa para a elaboração de projectos de edifícios destinados a escolas de instrução pública, da responsabilidade do arquitecto Adães Bermudes e Arnaldo Ferreira. Através deste programa foram construídas entre 1902 e 1912 cento e oitenta e quatro escolas.



Fig. 16 – Escola Conde Ferreira, Paredes

Raul Lino, cuja obra esteve muito próximo das elites e que foi, até certo ponto, um conservacionista, esteve próximo do reformador e maçom José Relvas, projectou a sua Casa de Alpiarça, 1904, e deu corpo ao projecto do grande pedagogo, reformador e maçom João de Deus, no âmbito da construção da rede de Jardins Escola. Neste caso, um novo método de aprendizagem implicava um novo programa como uma nova linguagem formal. Raul Lino, com Leal da Câmara, ele próprio benemérito e criador da Escola de Rio de Mouro, cuidaram respectivamente da componente arquitectónica e decorativa destas escolas.



Fig. 17 e 18 – Jardim Escola João de Deus, Chaves – Arqº Raul Lino e Casa Museu Leal da Câmara, antiga Escola Primaria Leal da Câmara, Rinchoa, Sintra, (1919) - Arqº Jorge Segurado

Equipamentos de Saúde

Rosendo Carvalheira recebe de Francisco Grandella a encomenda para o Sanatório da Albergaria em Loures, um gigantesco complexo para o tratamento e recuperação de tuberculosos. Este complexo enquadrava-se noutra grande temática da filantropia, a luta contra uma das principais epidemias da viragem do século, a tuberculose. Daí, ter também projectado a sede dos Serviço de Luta Antituberculosa (1905).

Rosendo Carvalheira, fundador da Sociedade dos Arquitectos Portugueses e da revista *Construção Moderna*, fez o projecto para o Sanatório de Santana, na Parede, 1902, financiado pela família Bliester.

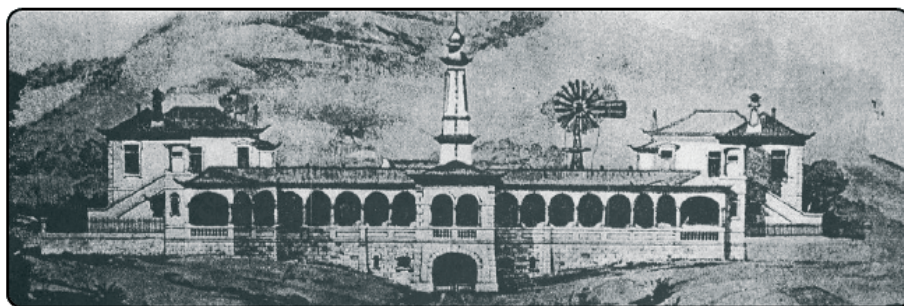


Fig. 19 – Sanatório da Albergaria, Loures (1906) - Rosendo Carvalheira



Fig. 20 – Sanatório da Parede (1902) – Arqº Rosendo Carvalheira

Adões Bermudes é autor de alguns hospitais: Hospital da Covilhã, 1915, e Hospital de Oleiros, 1916. Outro legado do benemérito Conde Ferreira, é o Hospital para alienados com o seu nome, no Porto, da autoria do arquitecto Manuel de Almeida Ribeiro.



Fig. 21 – Hospital Conde de Ferreira, Porto. (1881-3)- Arqº Manuel de Almeida Ribeiro

Cultura e Divertimentos

O primeiro cinema sonoro de Portugal, o “Cine Royal”, integrado no Bairro Estrela d’Ouro, na Graça, 1907, foi mandado construir pelo já atrás referido, Agapito de Sousa Fernandes, e é de autoria de Norte Júnior.

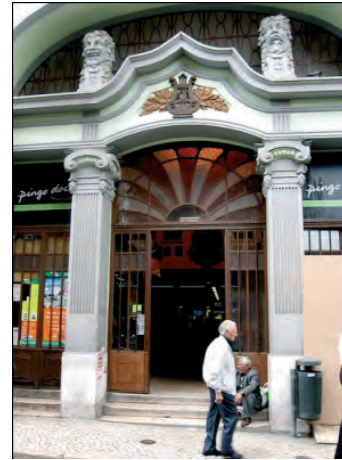


Fig 22e 23 – Bairro Estrela D’Ouro e Cine Royal, Lisboa (1909) - Arqº Norte Júnior

Por sua vez Grandella participa financeiramente na sociedade que reconstruiu o Teatro Amélia Rey Colaço, sob iniciativa do “brasileiro” Visconde São Luís de Braga.

Outros “Brasileiros” menos conhecidos, como o citado Visconde São Luís de Braga, ficaram associados à fundação de teatros como o Teatro D. Amélia, depois chamado da República e hoje de S. Luís mas certamente muitos dados estão por descortinar neste sentido.

Base de Dados e Site

Está a ser desenvolvida uma base de dados que compreende “objectos” ou ficheiros como: património filantrópico, arquitecto, filantropo, personalidade, instituição, função social, época.

Conforme a recolha de dados tem sido efectuada, assim se têm preenchido os vários atributos de cada ficheiro, por exemplo, entre outros: de uma obra filantrópica qual o seu dono, a função, directrizes programáticas, principais características, materiais, estética, uso; de um filantropo o seu nome, alguns dados pessoais, pertença a organizações; de um arquitecto, alguns dos seus dados pessoais, a sua eventual pertença a agremiações ou tertúlias.

Estabelecidas relações lógicas entre os vários ficheiros é possível fazer várias pesquisas como as de todos os filantropos, todas as obras, as obras de um arquitecto, etc.

Incluindo atributos metadados, como por exemplo, obras relacionadas, políticas à época, e outros que satisfazem o standard internacional Dublin Core e a Europeia, é possível fazer outro tipo de pesquisa, envolvendo outra semântica, que nos permitirá vir a produzir novo conhecimento identificando e relacionando o património com a sua localização, seus actores, seu impacto, sua arquitectura, etc. Por outro lado, permite obter novas premissas para uma base de valorização patrimonial diferente que reforça os lanços identitários das comunidades.

Esta base de dados, a partilhar com diversos centros de investigação do mundo lusófono, constitui-se como um inventário temático, permite estabelecer diversas ligações na complexa rede de personalidades e empresas que pugnaram pelo progresso dos pais no convulsivo período de implantação e sedimentação da 1ª República.

O banco de dados, organizado como biblioteca digital, é para ser disponibilizado num site que está também a ser desenvolvido.

A sua estrutura está pensada para ser disponibilizada na Internet com facilitação de aprendizagem através do recurso a uma plataforma de eLearning, e partilha de informação também através da Web 2.0 redes sociais.

Complementarmente, estes dados podem estar disponíveis para serem acedidos pela Europeia, biblioteca europeia da cultura.

O site irá potenciar uma comunicação pró-activa nos diversos pólos das Universidades Lusíada e outras, em Portugal, Brasil e África com outras entidades públicas e privadas.

Este sítio web destina-se a diversos níveis de consulta e leitura, de forma a facilitar a sua acessibilidade tanto ao público em geral como a universitários e investigadores.

CONCLUSÕES

Deste ensaio onde abordámos apenas alguns dos aspectos mais marcantes como passíveis de serem tratados ao longo desta investigação podemos focar três aspectos:

- muitos dos relacionamentos inter-pessoais estão por descortinar, mas certamente as personalidades e obras maiores darão uma nova luz sobre o conhecimento desta linha temática de identificação deste património;
- cruzamento da intencionalidade sociológica associada a este património contemporâneo é fortemente inovadora e enriquecedora no que respeita à leitura e interpretação da realidade de forma biunívoca, ou seja, tanto na leitura dos testemunhos como no impacto das decisões;
- número de linhas de investigação que esta temática abre é tanto infindável, pluridisciplinar como apaixonante.

A partir do inventário do património construído de raiz filantrópica obtém-se um conhecimento que constitui um testemunho material de um processo crucial na nossa história. Aqui poderão ser identificados linhas estéticas, funcionais, de usabilidade e sociais ainda não conhecidas de um modo sistematizado que estão intrinsecamente ligadas à iniciativa da sua construção e ao projecto.

Por outro lado, este património constitui evidência de uma imaterialidade presente ao longo deste processo que tem impacto ainda hoje e terá no futuro: a contextualização e a intencionalidade do ideário e das acções filantrópicas que permitiram o progresso e desenvolvimento das comunidades.

A difusão deste património através da Internet é factor de preservação e divulgação da nossa arquitectura, arte e cultura portuguesa, europeia e lusófona.